

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões M
Recebido em 12012, às
Fátima / Matr.: 28396

MPV-514

00012

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 514, DE 1º DE DEZEMBE

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e dá outras providências.

EMENDA № -2010

Art. 4° Os arts. 167, 176, 205, 213 e 235 da Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973,
passam a vigorar com a seguinte redação, incluindo-se art. 172-A a Lei nº: 6.015, de 31 do
dezembro de 1973:

Altere-se o caput do art. 4º Medida Provisória, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 172-A Os contratos ou termos administrativos, assinados com a União, Estados e Municípios no âmbito de programas de regularização fundiária e de programas habitacionais de interesse social, serão arquivados no Registro de Títulos e Documentos competente, dispensado o reconhecimento de firma.

- § 1° Serão registrados os contratos e termos mencionados no caput, assinados a rogo com a impressão dactiloscópica do beneficiário, quando este for analfabeto ou não puder assinar, acompanhados da assinatura de duas testemunhas.
- § 2º Os contratos ou termos administrativos mencionados no caput poderão ser celebrados constando apenas o nome e o número de documento oficial do beneficiário, podendo sua qualificação completa ser efetuada posteriormente, no momento do registro do termo ou contrato, mediante simples requerimento do interessado dirigido aos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos."(NR)

•••	•••	••••		••••			
•••		••••	••••	• • • • • •		• • • • • • •	******
•••	•••			• • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		
			• • • • •				• • • • • • •

JUSTIFICATIVA

Esta emenda mantém sob a responsabilidade do Registro de Títulos e Documentos o arquivamento dos contratos ou termos administrativos, em consonância com a Lei n° 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2010





Deputado MARCELO MELO (PMD8-GO)



